



SENADO FEDERAL

Of. 1252/2018 - SF

Brasília, 26 de novembro de 2018

A Sua Excelência o Senhor

Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - CTFC

Assunto: Resposta ao Requerimento nº 211, de 2018

Senhor Senador,

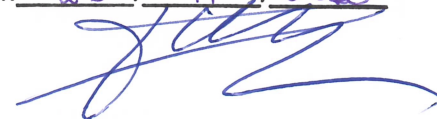
Envio a V. Exa. cópia do Aviso nº 574/C.Civil/PR, de 21 de novembro de 2018, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, por meio do qual encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 211, de 2018, de de iniciativa da CTFC.

Atenciosamente,

Senadora Ana Amélia
No exercício da Primeira Secretária



00001.004035/2018-45

Junte-se ao processado do
requerimento nº 211 de 2018Em 26 / 11 / 2018Aviso nº 574 /C.Civil/PRBrasília, 21 de NOVEMBRO de 2018.

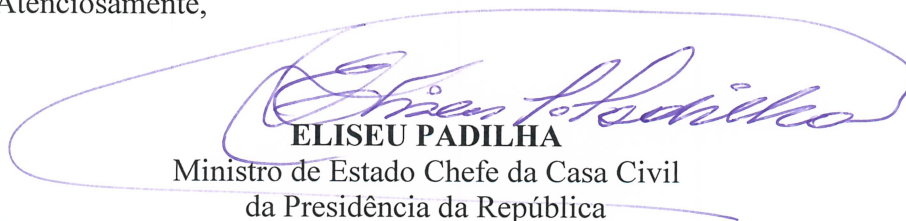
A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, Edifício Principal, 1º andar
70165-900 – Brasília, DF

Assunto: **Requerimento de Informações nº 211/2018, de autoria do Senador Airton Sandoval.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Em atenção ao Ofício nº 1144 (SF), de 23 de outubro de 2018, que encaminhou o requerimento em epígrafe, envio o Despacho ASECO/AESP/CC-PR 0891048 de 20 de novembro de 2018, de autoria da Assessoria Especial desta Casa Civil, juntamente com documentação anexa.

Atenciosamente,



ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



Ofício nº 1144 (SF)

Brasília, em 23 de Outubro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Eliseu Lemos Padilha
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da
Presidência da República

Assunto: Pedido de informações.

Senhor Ministro,

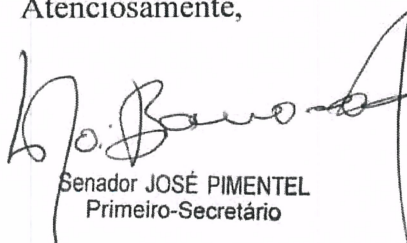
Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, pedido de informações da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, aprovado pela Mesa do Senado Federal, aprovado pela Mesa do Senado Federal, contido no Requerimento nº 211, de 2018.

Segue, em anexo, avulso da proposição e cópia do Parecer nº 98, de 2018.

Esclareço a Vossa Excelência que as informações deverão ser prestadas em formato digital, quando disponíveis, conforme estabelece o § 5º do art. 11 da Lei nº 12.527, de 2011, e entregues na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, Edifício Principal, 1º andar.

Na eventualidade de as informações solicitadas não serem ostensivas, solicito que seja apontado, expressamente, o sigilo legal específico que as resguardam ou, se for o caso, eventual grau de classificação de sigilo (ultrassecreto, secreto ou reservado), nos termos do § 1º do art. 24 da Lei nº 12.527, de 2011, sob pena de regulamentação própria do Senado Federal, em atenção ao que determina o art. 18 do citado diploma legal – Lei de Acesso à Informação.

Atenciosamente,



Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro-Secretário

mlc/rqs18-211



Presidência da República CODOC/PROTOCOLO
24 OUT 2018
Hora: 09:20
Func: Jucide



A Comissão
Diretora,
em 16/04/2018

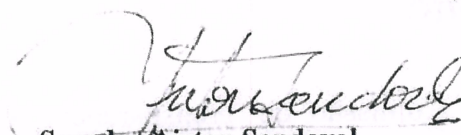
Senado Federal
Protocolo Legislativo
RQS Nº 211 / 2018
Em 16/04/2018

RQS 211 / 2018

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 11 DE 2018

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República informação atualizada sobre o desenvolvimento e implantação do plano de ação a que se refere o item 9.1 do Acórdão TCU 2.973/2016 – Plenário; tudo em conformidade ao parecer proferido pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal no Aviso nº 57/2016, em reunião realizada no dia 21/03/2018.

Sala da Comissão, 21 de março de 2018.


Senador Aírton Sandoval
(PMDB/SP)



SF/18333.31700-02

Página: 1/1 04/04/2018 11:07:44

e853a8a2d988c636507dbf03c27f53ce0781328e



Senado Federal
Protocolo Legislativo
RQS nº 211 / 2018
Fls. 01

PARECER Nº 98, DE 2018

Da COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 211, de 2018, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), que solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações sobre o desenvolvimento e implantação do plano de ação a que se refere o item 9.1 do Acórdão TCU 2.973/2016-Plenário.



SF/18514.77876-44

RELATOR: Senador **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), por meio do Requerimento nº 211, de 2018, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações sobre o desenvolvimento e implantação do plano de ação a que se refere o item 9.1 do Acórdão TCU 2.973/2016-Plenário.

A matéria não contém justificação.

A matéria vem à apreciação da Mesa do Senado Federal, nos termos dos arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno desta Casa, e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

II – ANÁLISE

O Requerimento fundamenta-se no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que faculta às Mesas de ambas as Casas do Congresso Nacional o envio de pedidos escritos de informações a Ministros de Estado. Além disso, está em conformidade com o disposto no art. 49, X, da Carta Magna, que confere competência exclusiva ao Congresso Nacional para

Recebido em 29/05/18
Hora 15:41
Paula Costa Póvoa Dantas - Mat. 256149
SGM - Senado Federal

SENADO FEDERAL
18/05/2018
09



Página: 1/2 28/05/2018 14:54:10

a0d3a5556d77d03e36c9b40eadfe51180cce53c0a

fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Portanto, não há óbice do ponto de vista constitucional e jurídico.

Com relação aos pressupostos de regimentalidade, o Requerimento atende os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, pois envolve matéria relativa à competência fiscalizadora do Congresso Nacional e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

O Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamentou o Requerimento de Informação, estabelece, ainda, que as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer.

O encaminhamento do pedido de informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República revela-se adequado por se tratar de informações relativas à implantação de plano de ação para mitigar riscos à sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, Municípios e Distrito Federal, matéria sob a responsabilidade da Secretaria de Previdência.

Ficam evidenciados o cumprimento e o atendimento das formalidades regimentais necessárias à admissibilidade dos requerimentos de informações.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 211, de 2018, e seu devido encaminhamento ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

jn2018-03494



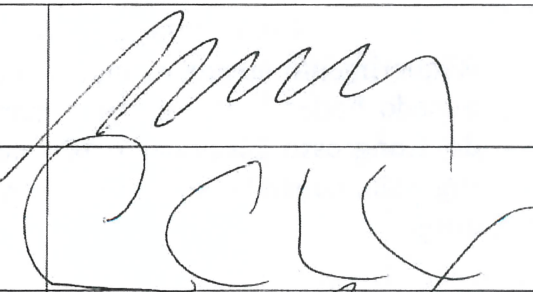
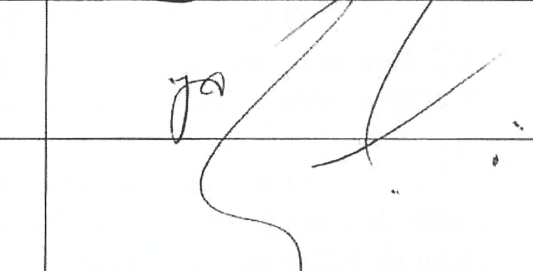
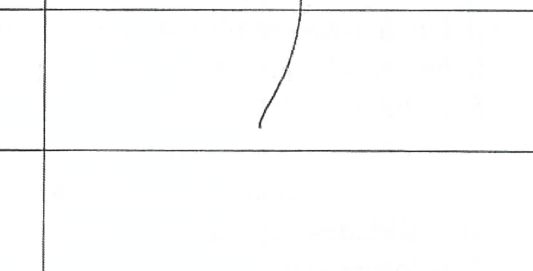
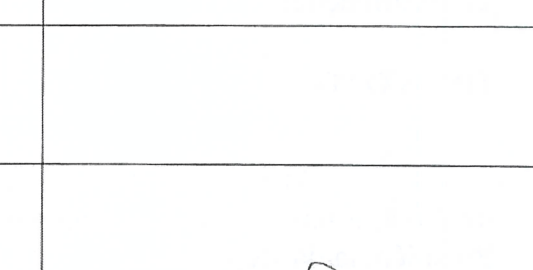
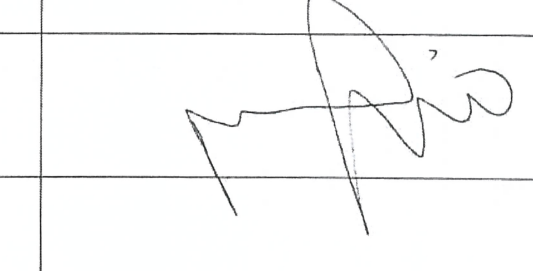
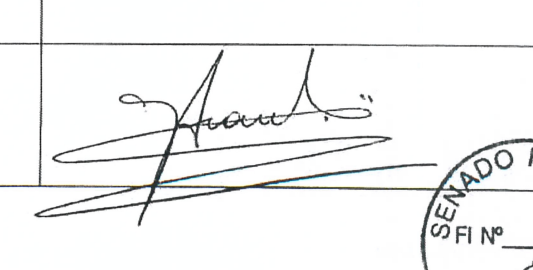

SF/18514.77876-44

Página: 2/2 28/05/2018 14:54:10

a0d3a566d77d03e36c9b40eadfe51180cce53c0a

2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL - 2018

17 de outubro de 2018, às 14:30h

Senador Eunício Oliveira Presidente	
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



00001.004035/2018-45

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil
Assessoria Especial
Assessoria de Política Econômica da Assessoria Especial

Brasília, 20 de novembro de 2018.

Ao Senhor Assessor Especial Adriano Augusto de Souza, SE-CC.

Assunto: **Ofício nº 1144 (SF), de 23/10/2018**

Cumprimentando-o, refiro-me ao REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 11, de 2018, de autoria do Senador Airtton Sandoval, solicitando informação atualizada a sere prestada pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República a que se refere o item 9.1 do Acórdão 2.973/2016-TCU-Plenário.

Em resposta, seguem em anexo as informações enviadas ao Tribunal de Contas da União acerca das providências adotadas pela Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.

Anexos:

- I - Nota Nº 012/2017/DRPSP/SPPS/MF;
- II - Nota Nº 015/2017/DRPSP/SPPS/MF;
- III - Nota Nº 025/2017/DRPSP/SPPS/MF;
- IV - Nota Técnica SEI Nº 1/2018/SRPPS/SPREV-MF.

Adicionalmente, cabe destacar que o Acórdão 1.436/2018-TCU, em anexo, considerou cumpridas as determinações do item 9.2 e subitens do Acórdão 2.778/2017-TCU-Plenário, em anexo, que por sua vez referia-se às deliberações constantes nos subitens 9.1 a 9.3 do Acórdão 2.973/2016-TCU-Plenário.

Atenciosamente,

LEONARDO ALVES RANGEL
Assessor Especial



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Alves Rangel, Assessor(a) Especial**, em 20/11/2018, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **0891048** e o código CRC **77D2CC8D** no site:
(https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Criado por leonardoar, versão 7 por leonardoar em 20/11/2018 11:57:50.

